



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo R\$ 1.621	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,15% São Paulo	177.726 6/8 7/8 10/8 11/8	R\$ 5,160 (+0,98%)	Últimos 4/agosto 5,130 5/agosto 5,128 6/agosto 5,107 7/agosto 5,083 10/agosto 5,110				Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 junho/2026 0,16

CONTAS PÚBLICAS

Congresso debate taxa das blusinhas

Instalação da comissão mista para tratar da MP que acaba com o imposto de importação para compras on-line de até US\$ 50 busca evitar que a medida caduque. Até a edição da proposta, em maio, a Receita havia arrecadado R\$ 1,85 bi com a tributação este ano

» LUIZA ALTOÉ

Com o prazo apertado, o Congresso Nacional instala hoje a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória nº 1357/2026, que pôs fim ao imposto federal de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, conhecido como “taxa das blusinhas”. Para que continue produzindo efeitos por tempo indeterminado, a medida precisa ser aprovada na comissão e no Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal até dia 8 de setembro.

A convocação da instalação da comissão que beneficia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva eleitoralmente ocorre na semana seguinte à do encontro entre ele e o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), na casa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Eles não se falavam desde abril, quando os senadores rejeitaram a indicação do presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde então, Alcolumbre não deu andamento às prioridades do governo na Casa e não procurou Lula. Pautas como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala de trabalho 6x1, a PEC da Segurança Pública e o projeto da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos não avançaram no Senado Federal desde que foram aprovados na Câmara dos Deputados. A avaliação de governistas é de que alguns dos temas podem ter andamento após uma segunda reunião entre Lula e Alcolumbre, prevista para hoje.

A MP foi publicada em maio, após o governo arrecadar R\$ 1,8 bilhão com o tributo apenas nos quatro primeiros meses do ano. De um lado, consumidores brasileiros criticam a taxa apontando que ela encarece produtos de baixo valor adquiridos por meio de plataformas

Ton Molina/Agência Senado



Ao dar início à semana de esforço concentrado, Alcolumbre pautou a instalação da comissão que vai apreciar o fim da taxa das blusinhas

internacionais de comércio virtual. Do outro, representantes de varejistas indicam que o fim da taxa gera uma concorrência desigual com o comércio nacional e, portanto, defendem uma “isonomia tributária”, com um equilíbrio da tributação entre produtos nacionais e importados.

Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que ainda conversaria com os líderes partidários, Alcolumbre e com o governo Lula sobre a MP. “Para que a taxa-

Congresso se debruce sobre o tema nas próximas semanas”, disse à jornalistas antes de iniciar a reunião de líderes.

Seguindo o regime de rodízio, a presidência da comissão ficará com um deputado federal. O **Correio** apurou que o deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI) deve ficar com a vaga. No entanto, há uma movimentação do PT para tentar emplacar o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) na presidência da comissão.

Por outro lado, da parte do Senado, que ficará com relatoria da

MP, ainda há uma indefinição. Durante a tarde de ontem, circulou o nome do senador Eduardo Braga (MDB-AM), como uma possibilidade. No entanto, ele afirmou que sequer foi consultado e tem outras pautas em andamento. Vale lembrar que ele disputa a reeleição ao Senado pelo estado do Amazonas.

Da parte do governo, a matéria será tratada como prioridade. “Não há nenhuma dúvida em relação à medida provisória que trata do fim da taxa das blusinhas. É nossa prioridade a instalação da

comissão mista e trabalhar pela sua rápida aprovação”, escreveu, nas redes sociais, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, após se reunir com ministros e líderes da Câmara e do Senado do PT e da Maioria.

Outras MPs

Também será instalada hoje a comissão mista que analisará a MP que cria linhas de crédito para renegociação de dívidas de produtores rurais. A proposta surgiu de

um acordo entre governo e parlamentares ligados ao agronegócio, conciliando as demandas das duas partes: atender os produtores endividados gerando menos custos aos cofres da União. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) — que relatou a pauta quando ela tramitou no Senado como projeto de lei — deve presidir a comissão. A relatoria, que ficará com a Câmara dos Deputados, ainda não foi definida.

Outras quatro MPs também terão a instalação nesta quarta. Uma delas altera o Código de Trânsito Brasileiro para as atividades de motofrete e mototáxi. Ela remove exigências, como idade mínima de 21 anos e curso especializado obrigatório, permitindo que motociclistas com habilitação na categoria A ou autorização para conduzir ciclomoteres exerçam essas atividades.

Além dela, outra MP com Comissão Mista a ser instalada é a que altera o programa de gerenciamento de benefícios do INSS e do Departamento de Perícia Médica Federal. Ela amplia a capacidade de análise de processos de benefícios previdenciários e assistenciais, incluindo aqueles com prazos de análise superiores a 30 dias.

Há também a MP que estabelece o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) para avaliar a proficiência dos estudantes de medicina e a qualidade dos cursos de graduação. O exame será obrigatório em duas etapas durante o curso e será necessário para o exercício da profissão médica.

Por fim, também será instalada a comissão mista da MP que amplia as carreiras e cargos que têm direito a uma indenização por trabalharem em localidades estratégicas de combate a delitos transfronteiriços. Também permite que certas pessoas exerçam o direito de opção para inclusão em quadros em extinção.

CAE aprova piso escalonado para médicos e dentistas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, ontem, o escalonamento do aumento do salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas. O objetivo é mitigar o impacto fiscal imediato da matéria que é considerada “pauta-bomba” pela equipe econômica do governo, por aumentar a despesa da União em R\$ 8,4 bilhões por ano.

Com isso, 40% do novo piso de R\$ 13.662 entra em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da publicação do projeto. No segundo ano, 70% e, no terceiro, 100%. A sugestão de escalonamento ocorreu por meio de uma emenda protocolada pela líder do governo no Senado Federal, Teresa Leitão (PT-PE). “O escalonamento preserva o mérito da valorização profissional, mas compatibiliza sua implementação com a capacidade fiscal da União e dos entes subnacionais”, defende a líder.

No entanto, o impacto fiscal da proposta pode ser ainda maior. Segundo estimativa da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o aumento do piso salarial nacional

terá impacto de R\$ 25,9 bilhões para os caixas dos municípios. Atualmente, a remuneração média de um cirurgião-dentista nos municípios é de R\$ 6.132. O valor para médicos é de R\$ 11.806.

O projeto altera o piso salarial de médicos e cirurgiões dentistas para R\$ 13.662, em caso de jornadas semanais de 20 horas. A mudança é aplicável a vínculos empregatícios e estatutários no setor público e privado. Além disso, o piso salarial será reajustado, a partir de 1º de janeiro de cada ano, de acordo com a variação acumulada do IPCA ou fator estabelecido por lei específica do respectivo ente.

O projeto também determina que a remuneração do trabalho noturno ou extraordinário será 50% superior à do trabalho diurno ordinário. O médico e o cirurgião-dentista ainda disporão de um repouso de 10 minutos para cada 90 minutos de trabalho. O acréscimo nas despesas de pessoal dos estados, Distrito Federal e municípios advindo deste projeto será custeado por transferências do

Ton Molina/Agência Senado



Teresa Leitão apresentou a emenda para diminuir impacto fiscal

Fundo Nacional de Saúde (FNS), a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Vale lembrar que a matéria já

havia sido aprovada pelas comissões da Casa de forma terminativa, o que permitiria que ela seguisse diretamente para a Câmara

dos Deputados. No entanto, o senador Jaques Wagner (PT-BA), à época líder do governo no Senado, interpôs um recurso para desacelerar a tramitação da matéria e ela ser analisada pelo Plenário do Senado.

Com isso, a senadora Teresa Leitão apresentou quatro emendas à matéria, que foram encaminhadas para análise da CAE e, posteriormente, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador Nelsinho Trad (PSD-MS), em seu relatório, na CAE, rejeitou a maioria das emendas, sugerindo a aprovação apenas da que permite a implementação do novo piso salarial em três anos de forma escalonada.

Ele avaliou que o prazo dado de três anos é “razoável” e mitiga eventuais impactos negativos sobre o mercado de trabalho. “Conferir tempo de adaptação aos empregadores – tanto do setor privado quanto do setor público”, afirmou. Agora, a matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Casa e, posteriormente, ao Plenário. (LA)

» Líder do PT sofre AVC

O presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), cancelou a sessão deliberativa de ontem, após o líder do PT, Pedro Uczai (PT-SC) passar mal. O parlamentar sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) durante a reunião do Colégio de Líderes, o que impossibilitou a decisão sobre a pauta de votações. Uczai recebeu os primeiros atendimentos ainda no local e foi encaminhado de maca ao Departamento Médico da Câmara dos Deputados (Demed). Posteriormente, foi transferido para o hospital DF Star, em Brasília. À noite, após exames médicos, a Liderança do PT informou, em nota, que se tratava de um AVC isquêmico no cerebelo esquerdo. “O quadro não apresenta déficit motor, nem cognitivo. O parlamentar permanece internado para observação clínica e realização de exames complementares”, disse a nota.